

**HABEAS CORPUS Nº 549.334 - RJ (2019/0360186-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : MARIA ESTELA DA COSTA FARIA**  
**ADVOGADO : MARIA ESTELA DA COSTA FARIA - RJ186822**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : LUIS CARLOS DE CASTRO GANDRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de LUIS CARLOS DE CASTRO GANDRA, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, o relaxamento da prisão preventiva, em razão do excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação interposto pelo ora paciente.

É o breve relatório.

**Decido.**

Cumpre consignar, na linha dos precedentes desta Corte, que o prazo para a conclusão do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Nesse sentido, o seguinte precedente:

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. RÉU CONDENADO A 5 ANOS E 10 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO, COM RECOMENDAÇÃO.*

*1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em*

***juízo, bem como a pena imposta na sentença condenatória.***

*2. De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça, o recurso foi registrado em 20/4/2017, distribuído ao Relator em 24/4/2017. Na sequência, os autos seguiram para Procuradoria de Justiça para parecer e voltaram conclusos ao relator em 5/5/2017. Nesse contexto, considerando os trâmites necessários, a complexidade do feito, com apelação de dois réus, com patronos diversos não se visualiza desídia que possa ser atribuída ao Tribunal, que justifique o relaxamento da prisão por excesso de prazo.*

*3. Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente - 5 anos e 10 meses de reclusão -, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória.*

*4. Habeas corpus denegado, com recomendação, ao Tribunal de origem, para que promova maior celeridade ao julgamento do apelo defensivo" (HC 419.407/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 30/11/2017).*

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Tribunal **a quo** sobre o andamento da ação penal em desfavor do paciente e se há previsão de julgamento do recurso de apelação.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator